

Anc - CPEA X

ANC 88
Pasta Agos/Out 86
055

Assemb. Const. - Comissão Provisória

POLÍTICA

O ex-senador Mário Martins, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, disse ontem, em Vitória, que se o anteprojeto a ser apresentado dia 18 pela Comissão de Notáveis ao presidente Sarney for aprovado pelos constituintes, o Brasil passará a servir de modelo para outros países. "Uma sociedade mais justa surgirá a partir da implantação e aceitação desses estudos", previu o ex-senador.

O regime do Brasil será parlamentarista, antecipou o ex-senador Mário Martins, com eleições distritais e proporcionais: metade pelo voto direto e metade pelo indireto. O que não representa nenhuma surpresa, segundo ele, porque, quando o presidente Sarney convidou o jurista Afonso Arinos para presidir a comissão, "sabia que ele era parlamentarista e iria expor suas idéias".

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, que integram a comissão, também pensam da mesma forma. "Não se poderia esperar outro resultado."

E, se for aprovado o parlamentarismo no Brasil, o ex-senador acredita que o País "sairá para a rota universal, deixando de seguir o modelo americano para cair no regime universal da representação partidária. Na América Latina, o Brasil servirá,

então, de modelo para outros países. Não que vá substituir os Estados Unidos, mas assumirá um destaque muito grande".

Projeto detalhista

Segundo o ex-senador, o projeto a ser apresentado ao presidente pode realmente ser considerado detalhista. Mas ele explica que a Comissão de Notáveis não estava fazendo a Constituição, apenas um projeto a ser submetido à aprovação da Nação. Mário Martins ressaltou, ainda, que quando da formação da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, a primeira questão a ser colocada foi quanto à forma do anteprojeto, se deveria ser sintética ou expositiva. "Como não se trata de uma Constituição, mas de um projeto para a Nação e os constituintes, prevaleceu a tese de que deveria ser o mais detalhista possível. Pode pecar por excesso, mas não por omissão", disse o ex-senador Mário Martins.

Quanto à questão de se com esse anteprojeto o País se tornará mais socialista, o ex-senador acredita que sim, "embora a comissão não tenha a intenção de socializar". Mário Martins, no entanto, ressaltou que a interpretação geral é de que, quanto mais justa, mais socializada é uma sociedade. E devido a esse tendência alguns membros da

CONSTITUINTE

O novo Brasil,
parlamentarista.
E socialista.

O ex-senador Mário Martins, membro da Comissão Arinos, está entusiasmado com o projeto: "Será modelo para a América Latina".



comissão não queriam assinar a proposta, "alguns o fizeram com restrições e o presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, chegou a se manifestar contra", lembrou Martins.

Destaques

Comentando algumas das mais de 400 propostas do anteprojeto, o ex-senador chamou a atenção para a anistia aos militares, dizendo que voltarão às fileiras os que tiverem idade para reassumir. Mário Martins lembrou que, na Aeronáutica, apenas um militar demonstrou interesse em retornar, o capitão Sérgio, do caso Parasar.

O projeto propõe, ainda, para o País, acrescentou o ex-senador, um teto máximo de 420 deputados, "o que fortalece os Estados maiores, em termos de representação". Cria, também, o *habeas data* — "o primo pobre do *habeas corpus*, segundo o ex-senador — que concede ao cidadão o direito de requerer fichas em seu nome mantidas por qualquer órgão policial ou de investigação. O projeto não toma partido quanto ao aborto, também não recomenda a pena de morte nem os trabalhos forçados.

Quanto às inovações do anteprojeto, há um capítulo específico sobre meio ambiente. Mário Martins lembra que tentaram ridi-

cularizá-lo porque defendeu as baleias. Mesmo assim, o ex-senador diz que conseguiu inserir no estudo sua emenda proibindo a caça da baleia no País, "porque não se justifica, economicamente, o extermínio do mamífero símbolo da Humanidade". A baleia é o único animal citado no estudo da Comissão de Notáveis.

No capítulo da Segurança Nacional, o ex-senador destacou que a Constituição de 1946 considerava as Forças Armadas responsáveis pela segurança e soberania dos "poderes constitucionais". Em 1967, trocou-se esta expressão por "poderes constituídos". "Se um grupo de gângsteres toma o poder, as Forças Armadas têm que sustentar esses 'poderes constituídos'", indaga o ex-senador, acrescentando que por isso foi retomada a Constituição de 1946, voltando a valer a expressão "poderes constitucionais".

Mas a questão mais discutida, lembra Mário Martins, foi a do reaproveitamento de órgãos humanos: a comissão levou cinco sessões tratando do assunto. E concluiu que, se a família não se opuser e houver concordância da pessoa enquanto lúcida, serão retirados os órgãos passíveis de utilização por terceiros. "O perigo da proposta é incentivar o comércio de órgãos humanos", concluiu o ex-senador.